



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

4 de agosto de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 04 / 08 / 2017	Página 02	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Projeto do MPMA conquista Prêmio CNMP 2017

O programa institucional "O Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal", idealizado pelo Ministério Público do Maranhão, foi premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O programa conquistou o 1º lugar no Prêmio CNMP 2017, na categoria Redução da Corrupção. A premiação aconteceu, em Brasília, durante a solenidade de abertura do 8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, no dia 2.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA	4 / 8 / 2017	Página	7



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO DEDICOU O PRÊMIO À SUA EQUIPE DE TRABALHO

MPMA conquista Prêmio Nacional com programa contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	✗ Outros HORA EXTRA	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	4 / 8 / 2017	Página	5
		✗ Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

PRÊMIO NACIONAL 'CNMP 2017'

MPMA conquista primeiro lugar com programa "O Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal"

O programa institucional "O Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal", idealizado pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O programa conquistou o 1º lugar no Prêmio CNMP 2017, na categoria Redução da Corrupção. A premiação aconteceu durante a solenidade de abertura do 8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, 2 de agosto, em Brasília.

Para o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, "essa premiação é uma conquista valiosa, fruto de muito trabalho. Concorremos com mais de mil projetos, de todas as unidades do Ministério Público brasileiro. É hora de reconhecer o engajamento e o trabalho sério de todos os que fazem o Ministério Público do Maranhão." Ele também ressaltou que "o combate à corrupção é um dos pilares da nossa gestão. Temos investido e trabalhado muito para dar as respostas que a sociedade precisa. Vamos em frente, ainda há muito para ser feito."

O diretor da Secretaria de



PGJ Luiz Gonzaga Martins Coelho dedicou o prêmio à sua equipe de trabalho

Assuntos Institucionais (Secinst), Marco Antonio Santos Amorim; o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Raimundo Nonato Leite; a ouvidora do MPMA, Rita de Cássia Baptista; a diretora da Escola Superior do Ministério Público, Ana Teresa Silva de Freitas; os promotores de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior e Hagameon Azevedo; os servidores Cláudio Marcelo Amorim (Secretaria de Planejamento

e Gestão), Lucina Medeiros (Coordenadoria de Comunicação), Ricardo Coelho (Coordenadoria de Modernização e Tecnologia), Tatiana Alves de Paula (Coordenadoria de Orçamento e Finanças) e João Batista Pereira Borges (Sub-Procuradoria para Assuntos Administrativos) também prestigiaram a premiação.

Na avaliação do diretor da Secinst, "o combate à corrupção está na base da atual política institucional.

Implantamos o programa em dezembro de 2016 e alcançamos resultados significativos. Essa premiação só nos motiva a continuar."

"Estamos trabalhando diariamente para colocar em prática tudo o que foi definido no Planejamento Estratégico. Esse projeto apresentou resultados significativos em um curto espaço de tempo. É, sem dúvidas, uma grande conquista", destacou Raimundo Nonato.

Prêmio CNMP

O Prêmio CNMP foi criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do MP.

Na solenidade de abertura, o presidente do CNMP, Rodrigo Janot, discursou. Falou sobre a sustentabilidade, o papel do Ministério Público brasileiro, as ações desenvolvidas no combate à corrupção e os anseios da sociedade.

Concorreram ao Prêmio 1.077 iniciativas do Ministério Público brasileiro. Os projetos concorrem em nove categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais, Transformação Social, Indução de Políticas Públicas, Redução da Criminalidade, Redução da Corrupção, Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional, Comunicação e Relacionamento, Profissionalização da Gestão e Tecnologia da Informação. Em cada categoria, três projetos disputaram o primeiro lugar.

Integraram a Comissão Julgadora desta edição os conselheiros do CNMP, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as associações de classe do MP, as escolas do MP, representantes da comunidade acadêmica, do Poder Judiciário, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Ministério dos Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de organizações dos movimentos sociais, de organizações não-governamentais e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).



Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal

Desenvolvido a partir dos projetos previstos no Planejamento Estratégico do MPMA e implantado em dezembro de 2016, o projeto "Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal" tem caráter permanente e estruturante das atividades meio e finalística. É coordenado pelo procurador-geral de Justiça, sem prejuízo de outras iniciativas definidas por sua coordenação em razão de demandas supervenientes.

Com abrangência nos 217 municípios maranhenses, o programa objetiva dar maior eficácia na prevenção e combate a atos de improbidade administrativa, como a corrupção, bem como aos delitos contra a ordem tributária e econômica.

"A participação da sociedade é fundamental. Por isso, disponibilizamos o Portal MP Contra a Corrupção, onde o cidadão pode acompanhar o desenvolvimento do programa, além de colabo-

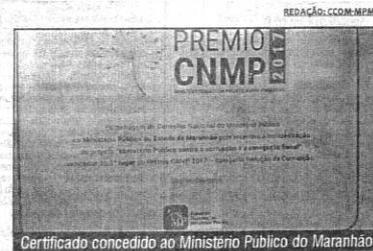
rar com os mecanismos de incentivo ao controle social, como o Ranking Anticorrupção", explica o diretor da Secinst, Marco Antonio Santos Amorim.

Apesar de implantado há apenas sete meses, o programa apresenta resultados importantes. O procurador-geral de Justiça destaca as ações inibitórias com pedido de tutela de urgência por membros do Ministério Público do Maranhão, ajuizadas no final de 2016.

"Com as medidas, o MPMA buscou garantir que os recursos não fossem movimentados pelos ex-gestores em final de mandato, evitando prejuízo aos cofres públicos. O bloqueio determinado pela Justiça atingiu as contas de 39 municípios maranhenses, no valor total de R\$ 27.258.628,79 dos recursos referentes à repatriação de dinheiro não declarado no exterior", detalhou Luiz Gonzaga Martins Coelho.



Membros do Ministério Público do Maranhão celebram a grande vitória



Um seletor público prestigiou a solenidade que aconteceu dia 02 de agosto em Brasília



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 04 / 08 / 2017	Página 03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPMA lança projeto que garante direitos de crianças e adolescentes

Objetivo é viabilizar ações conjuntas para lidar com questões como evasão escolar, alcoolismo, gravidez na adolescência e dependência química, entre outras

IGARAPE DO MEIO

O Projeto de Otimização da Rede de Proteção à Infância e Adolescência foi lançado no fim do mês de julho, na Câmara de Vereadores de Igarapé do Meio. O objetivo é viabilizar ações conjuntas para lidar com questões como evasão escolar, alcoolismo, gravidez na adolescência e dependência química, entre outras.

Além do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o projeto tem a participação do Poder Judiciário; secretarias municipais de Saúde (Semus), Educação (Semed) e da Assistência Social (Semas); Câmara de Vereadores; Polícia Militar e os conselhos Tutelar e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMECA).

"O projeto visa garantir direitos fundamentais das crianças e adolescentes, por meio do trabalho em rede com a participação dos órgãos de proteção e da sociedade civil", explica o idealizador da iniciativa, o titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Monção, José Frazão Sá



Durante o lançamento, foram firmados compromissos, como a criação de Comissão de Combate à Evasão Escolar

Menezes Neto. Igarapé do Meio é termo judiciário da Comarca.

Ainda segundo o representante do MPMA, no município de Monção uma versão local do projeto foi lançada em março de 2017.

Compromissos

Durante o lançamento, foram fir-

mados compromissos como a criação de uma Comissão de Combate à Evasão Escolar, lançamento de uma campanha municipal contra as drogas e mapeamento de áreas com maior dependência química para implementar políticas públicas. Entre os compromissos estão, ainda, o acompanhamento de medidas so-

cioeducativas em meio aberto e implantação do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

A próxima reunião da rede em Igarapé do Meio ocorrerá em 5 de outubro.

A solenidade teve a presença de representantes das instituições e órgãos participantes do projeto. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 04/08/2017	Página 03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

RÁPIDA

Campanha contra a corrupção em Itapecuru-Mirim

ITAPECURU-MIRIM - Teve início na Comarca de Itapecuru-Mirim, na terça-feira, dia 1º, mais uma etapa das ações previstas na Campanha do MPMA "Combate à corrupção: capacitando o cidadão". O objetivo é orientar o cidadão sobre como fiscalizar o uso correto do

dinheiro público no seu município e como denunciar as irregularidades que tomar conhecimento. A Secretaria Municipal de Educação de Itapecuru vai escolher três escolas para trabalhar o tema relativo à corrupção, durante as aulas. Por isso, a promotora de justiça Flávia Valéria Nava Silva, da 1ª da Comarca de Itapecuru Mirim, se reuniu com os professores dessas escolas para detalhar o projeto.●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
DATA 04/08/2017		Página 03	
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Matões do Norte deve promover melhorias no Conselho Tutelar

Ficou acordado que o Município entregará ao Conselho Tutelar uma sede nova, com novo mobiliário, equipamentos e materiais de expediente necessários ao desenvolvimento regular dos trabalhos

MATÕES DO NORTE

O Município de Matões do Norte tem até hoje para dotar seu Conselho Tutelar. O acordo, homologado por meio de sentença, ocorreu após audiência de conciliação, com a participação do Ministério Público, do Judiciário, de conselheiro tutelar e de representante do Município de Matões do Norte. Ficou acordado que o Município entregará ao Conselho Tutelar uma sede nova, com novo mobiliário, equipamentos e materiais de expediente necessários ao regular desenvolvimento dos trabalhos.

A Prefeitura já fornece veículo com motorista e, enquanto não houver entrega de imóvel nas condições acordadas, a Prefeitura oferecerá ao Conselho Tutelar no prazo de 24 horas o local necessário ao desenvolvimento normal e regular dos trabalhos. O Conselho Tutelar apresentará relatório ao Ministério Público detalhando todas as medidas promovidas pela Prefeitura, bem como informando a regularidade dos trabalhos. Fica definida também, em caso de descumprimento do acordo, a aplicação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00.

O acordo é resultado de uma ação

civil pública, que versa: "Em análise dos documentos existentes nesta Promotoria de Justiça, verificou-se reclamação do Conselho Tutelar dirigido a este órgão Ministerial, relatando a precariedade estrutural que está comprometendo o desempenho do mister dos Conselheiros Tutelares do Município de Matões do Norte. Por meio de ofício, o Conselho Tutelar solicitou reunião para tratar de diversos assuntos que denotam a existência de problemas no referido órgão".

A Prefeitura já fornece veículo com motorista

Em 23 de maio deste ano, realizou-se uma reunião com a participação da Promotoria de Justiça e Conselheiros Tutelares. Nesta data, o Prefeito do Município de Matões do Norte estava na sede da Promotoria de Justiça de Cantanhede para reunião acerca do andamento do concurso público mas, embora convidado para participar da reunião, alegou que tinha outro compromisso e que não poderia se fazer presente.

Na reunião, foi relatada uma série de problemas estruturais, tais como a ausência de um veículo para aten-

dimento das demandas, deterioração da estrutura da sede do Conselho Tutelar (fachada não identificada, portão de entrada com defeito, portas internas com defeito, existência de goteiras, inclusive na sala de atendimento, ausência de mobília adequada para desempenho das atividades, ausência de ar-condicionado, apenas um notebook para vários conselheiros, impressora com defeito), bem como carência de material de expediente e material de limpeza.

Mesmo informado sobre os problemas, o representante do município manteve-se inerte, não tendo adotado qualquer medida no sentido de sanar os problemas relatados. "Resalte-se que desde o mês de janeiro do ano corrente o Conselho Tutelar de Matões do Norte dirige solicitações ao Poder Executivo Municipal sem que tenha sido adotada qualquer providência. Diante da situação narrada, determinou-se inspeção no local da sede do Conselho Tutelar de Matões do Norte, ocasião em que se confirmou as informações ventiladas pelos conselheiros", relata o MP.

"A política de municipalizar o atendimento prestado às crianças e adolescentes é decorrente do modelo de constituição descentralizadora, adotada pelo constituinte de 1988 (art. 227, §7º c/c art. 204, ambos da Constituição Federal). for-

talecendo os Municípios, bem como viabilizando um atendimento mais célere e personalizado dos cidadãos, dada a grande diversidade naturalmente existente em um país de tamanha extensão geográfica e de colonizações diferentes. Visa ainda assegurar que as crianças e adolescentes sejam atendidos no mesmo local onde residem, restando resguardados seus vínculos familiares e comunitários (conforme arts. 40, caput, e 100, segunda par-

Acordo é resultado de uma ação civil pública

te, ambos da Lei nº 3.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente)", fundamentou-se a ação.

E seguiu: "Além do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o legislador estatutário determinou a criação, em cada município, de pelo menos, um Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco membros eleitos pelos cidadãos locais para mandato de quatro anos,



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	(X) Cidades / Vida () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 04 / 08 / 2017	Página 02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Onda de homicídios na capital

Vários crimes aconteceram na Região Metropolitana de São Luís. Nenhum dos autores foi preso, e a Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa-SHPP está desenvolvendo investigações

DOUGLAS CUNHA

Crimes contra a vida foram registrados em toda ilha de São Luís, nas últimas horas. Nenhum dos autores destes assassinatos foram presos e a polícia investiga para levantar suas respectivas identidades. Alguns destes crimes tiveram ligações com o tráfico de drogas.

Um acerto de contas entre delinquentes acabou com um morto, no monte de quanta-leira, na Ilhéu, na zona rural da capital. Tudo aconteceu na lua dos Emigrantes quando Antonio Dutra de Sousa, conhecido como "Ollão", foi surpreendido pelo seu inimigo identificado apenas como Romarinho, que desferiu-lhe vários tiros. "Ollão" teve morte imediata.

Romarinho fugiu, sem deixar pistas. A Polícia Militar realizou buscas, mas não conseguiu localizar o acusado. As autoridades da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa estiveram no local e os peritos da Polícia Técnica realizaram levantamentos e removeram o cadáver para o Instituto Médico Legal. Ollão era um delinqüente muito temido no ex-Ilhéu-Maracá, onde agia com extrema violência contra suas vítimas.

No Jardim Tropical, um homem foi morto a tiros por motivos não esclarecidos. O autor do crime também não foi identificado. A vítima foi Edson Andrade Junior, conhecido como "Lulão". Ele se encontrava em uma quitanda quando ali chegou um desconhecido e, sem qualquer di-



4 mortes foram registradas na região metropolitana. Nenhum dos assassinos foi preso

álogo, sacou de uma arma e desferiu vários tiros em direção ao homem. No momento, o autor dos disparos fugiu sem se deixar identificar. A polícia está investigando. Há a presunção de que o crime pode ter ligações com o tráfico de drogas.

No Ponta do Farol, populares encontraram o cadáver de um homem, na Rua Grajau. A vítima não foi identificada ha-

vendido apenas informações de que se tratava de um morador de rua que tinha o hábito de perambular e dormir nas regiões de praia. Outra versão do crime é de que se tratava de um inquilino que trabalhava na Avenida Latorônea como guardador de carros e teria sido assassinado por outro guardador com quem teria se desentendido.

Na localidade Cidade Verde, em São José de Ribamar, o servidor de pedreiro José

Portirre da Silva Lima, de 49 anos, foi executado a tiros, quando trabalhava em uma casa, por pessoas não identificadas. Há a presunção de que o crime resultou de um acerto de contas ligado ao narcotráfico, visto que a vítima seria viciado em drogas.

Todos estes crimes estão sendo investigados pelas autoridades da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa-SHPP.

JUSTIÇA

Tribunal do Júri condena quatro criminosos

A Comissão de São Vicente Ferrer divulgou os resultados da sessão de júri realizada no final de julho na unidade judicial. As sessões do tribunal do júri ocorreram nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho e foram como reus Paulo Benedito Serrão, Edilson Cardoso Martins, Paulo César Santos Souza e José Leandro. Os julgamentos foram presididos pelo juiz Bruno Barbosa Pinheiro, titular da Comarca de São Vicente Ferrer.

No julgamento no dia 24, o réu foi Paulo Benedito Serrão, acusado de ter tentado cometer a vida de Vicente de Paulo Gomes, 27 anos de idade. O crime ocorreu em março de 2012, nas proximidades da Fazenda Cinco Morais, em Caiapó, tendo jufi-

ciário de São Vicente Ferrer. De acordo com a denúncia, o acusado estava incomodado com o fim do relacionamento que mantinha com Maria da Conceição, atual companheira de Vicente. Paulo Benedito foi condenado à pena definitiva de 12 anos e 9 meses de reclusão.

No dia 25, o réu foi Edilson Cardoso Martins. Ele estava sendo julgado pela tentativa de homicídio praticado contra Genara Maranhão Pereira. A vítima era companheira do acusado. Com base na denúncia que Edilson suscitou de ter sido golpeado por parte de Genara. No dia 27 de agosto de 2011, a vítima chegou em casa já sendo recebida a golpes, socos e pontapés desferidos pelo

acusado. Em seguida, eles abraçaram uma faca na garganta de Genara, dizendo aos filhos que iriam matá-la. Ao contrário, ele a atingiu com um golpe e fugiu. O crime foi desqualificado para lesão corporal grave, tendo sido aplicada a pena de 2 anos, 7 meses e 30 dias de reclusão, essa cumprida em regime semiaberto.

O réu do dia 26 foi Paulo César Santos Souza, acusado de crime de homicídio praticado contra José Benedito Abreu, em agosto de 2011. Com o motivo alegado que o acusado matou a vítima a golpes de faca e feriu a vítima a golpes de faca, afirmando ter sido agredido a golpes de cachaço marcadado, Paulo César foi considerado culpado e recebeu a pena de 16

anos de prisão em regime fechado.

O último julgamento da sessão foi o do dia 27, teve como réu José Leandro. Ele estava sendo acusado de homicídio praticado contra José Benedito Serrão. O inquérito policial relatou que o crime ocorreu em junho de 2014, no Bairro de São Lourenço, localidade de Caiapó, dentro do terreno de comércio. A vítima foi encontrada morta, apresentando golpes de faca no rosto e no corpo. José Leandro foi considerado culpado pela morte de José Benedito e recebeu a pena de 12 anos e 3 meses de reclusão e ser cumprida em regime fechado, inicialmente.

SEM NOÇÃO

Homem furioso espanca a própria mãe

Isolado por uma fúria diabólica, Helio Ivan Curitiba Costa, de 52 anos, morador da MA-014 em Olinda Nova do Maranhão, foi detido pelo

Polícia Militar e apresentado na Delegacia da Polícia Judiciária.

Aquela homem, depois de destruído, dentro de

casa de sua mãe, passou a agredir a si mesmo e a outros, causando-lhe várias lesões. Dona Lídia, a vítima, foi levada ao posto de saú-

de para ser medicada e o filho agressivo, indicado pelo crime de lesão corporada e recolhido ao galpão de detenção da Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 4 / 18 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Os suspeitos foram presos em flagrante

Polícia prende dez integrantes de organização criminosa que atuava em SL

Uma operação da Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC) prendeu 10 (dez) pessoas suspeitas de integrar uma quadrilha especializada em cometer assaltos a estabelecimentos comerciais na capital. Com o bando, a Polícia Civil conseguiu apreender 3 (três) armas de fogo e 1 (um) veículo roubado.

De acordo com a polícia, o bando planejava assaltar uma

instituição de ensino superior da cidade e determinados pontos empresariais de São Luís. Todos foram presos em flagrantes.

Os detalhes sobre a ação policial serão fornecidos pelos coordenadores das prisões durante a coletiva que será realizada na manhã desta sexta-feira (4), às 9h, no auditório da Secretaria de Segurança Pública (SSP), em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 4 / 8 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Professor é preso por vender certificados do Ensino Médio falsificados

Frankman Mandu Figueiredo, de 26 anos, foi preso por policiais da Delegacia Regional de Açailândia, na manhã de quarta-feira (2), por suspeita de venda de certificados falsificados do Ensino Médio. O elemento é professor da Rede Estadual de Ensino da cidade.

O delegado regional de Açailândia, Murilo Lapenda, esclareceu que o suspeito oferecia os certificados para pessoas que pretendiam realizar concursos para cargos diversos na cidade, ou, então, para outras finalidades. Muitas das encomendas eram

feitas via WhatsApp, em que os interessados pediam informações sobre o valor e os documentos necessários para obter o certificado falsificado.

O professor solicitava às pessoas que o entregassem xérox da Carteira de Identidade, do CPF, do Título de Eleitor e do comprovante de residência. Bem como pedia o nome completo da escola em que o interessado havia completado o 1º ano. Em menos de um mês, o certificado ficava pronto e era enviado a quem encomendou, sendo que o docente cobrava entre R\$ 500 a R\$ 600 pelo serviço,

conforme a fonte da Polícia Civil descreveu.

Frankman, que reside no bairro Capeloza, em Açailândia, após ser monitorado, foi capturado na Praça do Pio-neiro, no momento em que entregava um certificado, como revelou o delegado Lapenda. Ele, a propósito, utilizava um carimbo que, ao que tudo indica, teria sido furtado da escola em que leciona. Autuado por falsificação de documento público na forma qualificada, ele está encarcerado na Unidade Prisional de Ressocialização da cidade.

Viciado em drogas bate na mãe e quebra a casa toda

O homem identificado como Hélio Cutrim, de 32 anos, foi preso pela polícia na manhã de quinta-feira (3), na cidade de Nova Olinda do Maranhão, interior do Maranhão, depois de ter agredido a mãe de 53 anos, e destruído todos os móveis e eletrodo-

méstico da casa.

O elemento, segundo testemunhas, é viciado em drogas e queria que sua genitora lhe desse dinheiro para comprar entorpecentes, o que foi negado, causando a fúria do filho que partiu para agressão física contra a mãe.

Os vizinhos tiveram que chamar a polícia para conter o rapaz, que já tinha destruído vários objetos da casa. Com a chegada da polícia, Hélio foi levado para a delegacia da cidade, onde foram tomadas as medidas cabíveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA / 08 / 2017	Página	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Mulher morre em colisão envolvendo carreta e caminhonete em Timon

Divulgação/PRF



A caminhonete ficou totalmente destruída, após a colisão com a carreta

Por volta das 9h dessa quinta-feira (3), uma mulher, que se chamava Bruna Feitosa, morreu no km 602 da BR-316, no perímetro da cidade de Timon, no oeste do Maranhão. De acordo com apuração feita no local pelos inspetores da Polícia Rodoviária Federal (PRF), uma carreta colidiu em uma caminhonete D10, sendo que outras duas pessoas ficaram feridas em estado grave.

O acidente fatal envolveu, segundo a PRF, uma carreta

VW/19.320, de placa CZC-0215, e uma CH/D10, de placa HVH-4718. A mulher que morreu e os feridos ocupavam a caminhonete. Já o homem que guiava a carreta foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil de Timon para prestar esclarecimentos sobre o caso. A Polícia Rodoviária Federal comunicou que a BR-316 se tornou a primeira colocada em colisões com óbitos nos últimos anos, "superando a BR-135".

(Nelson Melo)

Trio rouba Celta e abusa da vítima dentro do veículo

Na Rua Nicarágua, nas proximidades da empresa Taguatur, no Anjo da Guarda, eixo Itaqui-Bacanga, guarnições do 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM) prenderam Elielson Steffane Santos Pereira, de 23 anos; José Ribamar Silva Pereira, 36, e Arthur Adriano Moreira Serrão, 27, na noite de quarta-feira (2), por volta das 21h30. O trio havia roubado um carro Celta prata e placa HPN-4510, cuja vítima teria sido abusada pelos criminosos no interior do veículo.

Tenente-coronel Edivaldo Mesquita, comandante do 1º BPM, explicou que as equipes começaram a fazer incursões no

bairro, procurando o automóvel, após solicitação feita pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), pois os suspeitos teriam feito assaltos na Rua do Coração Grande. O Celta foi avistado na Rua Nicarágua, sendo interceptado e seus ocupantes revistados pelos militares.

No carro, disse o oficial, havia uma garota, de 21, que se identificou como vítima e informou aos policiais que os criminosos abusaram dela. Os militares apreenderam com os suspeitos vários objetos, incluindo seis trouxinhas de uma substância parecida com crack e um cigarro de maconha. (NM)

Divulgação/PM



Arthur Adriano, Elielson Steffane e José Ribamar, além de roubar veículo ainda abusaram da proprietária

Professor autuado por vender certificados falsos segue preso

Permanece encarcerado na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Açailândia o professor contratado Frankman Mandu Figueiredo, de 26 anos, que foi preso na quarta-feira (2) após uma investigação feita pela Polícia Civil da cidade. Segundo a Delegacia Regional do município, ele, que atua na rede estadual, vendia certificados falsificados do Ensino Médio. O suspeito, segundo declarações de Murilo Lapena, delegado regional de Açailândia, oferecia os certificados para pessoas que pretendiam realizar concursos para cargos diversos na cidade, ou, então, para outras finalidades. Muitas das encomendas eram feitas via WhatsApp, em que os interessados pediam informações sobre o valor e os documentos

necessários para obter o certificado falsificado. O professor solicitava às pessoas que o entregassem xérox da Carteira de Identidade, do CPF, do Título de Eleitor e do comprovante de residência. Bem como pedia o nome completo da escola em que o interessado havia completado o 1º ano. Em menos de um mês, o certificado ficava pronto e era enviado a quem encomendou, sendo que o docente cobrava entre R\$ 500 a R\$ 600 pelo serviço, conforme a fonte da Polícia Civil descreveu. Frankman, que reside no bairro Capeloza, em Açailândia, após ser monitorado, foi capturado na Praça do Pioneiro, no momento em que entregava um certificado, como revelou o delegado Lapena. Ele, a propósito,

utilizava um carimbo que, ao que tudo indica, teria sido furtado da escola em que leciona. Autuado por falsificação de documento público na forma qualificada, ele está encarcerado na Unidade Prisional de Ressocialização da cidade. (NM)

Divulgação



Frankman Figueiredo vendia certificados falsos para pessoas que iriam fazer concursos

'Olhão' é executado a tiros em via pública do Tibiri

Na noite desta quarta-feira (2), por volta das 18h30, ocorreu um homicídio na zona rural da capital maranhense, mais precisamente no bairro do Tibiri, localizado às margens da BR-135. De acordo com informações repassadas pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), Antônio Dutra de Sousa, de 32 anos, caiu morto ao ser alvejado no meio da rua. O Ciops complementou dizendo que o crime aconteceu na Rua dos Imigrantes, nas proximidades do Cemitério do Tibiri. A vítima, que era conhecido como "Olhão", morava em outro bairro, na Vila Sarney, perto do Maracanã, igualmente área rural da cidade. O suspeito de tê-lo matado foi reconhecido pela população como sendo "Romarinho". (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 04 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Três pessoas são presas pela Senarc com 12kg de maconha

NELSON MELO

Alex Aguiar dos Santos, de 31 anos; sua esposa, Caroline da Conceição Martins, 23, e Antônio Carlos da Silva, 42, foram presos em uma operação realizada pela Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) no Cantinho do Céu, em São Luís, na manhã dessa quinta-feira (3). Com eles, os policiais encontraram uma bolsa contendo cerca de 12kg de maconha prensada, estimados em R\$ 30 mil.

Foi comentado, em uma entrevista coletiva, pelo delegado Luciano Bastos, responsável pelo inquérito, que, durante o turno matutino, os investigadores ficaram de tocaia, na Rua São Bernardo, observando três imóveis, um ao lado do outro, que foram denunciados como pontos de distribuição de drogas. De repente, narrou ele, Antônio chegou ao local carregando uma bolsa pesada e entrou em uma das casas. Nesse momento, houve a abordagem policial.

O homem tentou arremessar a bolsa por cima de um muro, mas os policiais o impediram, encontrando os tabletes, cujo valor de mercado seria R\$ 30 mil, aproximadamente. Ao vasculhar os demais imóveis, descreveu Luciano, foram encontrados



Alex, Caroline e Antônio, quando eram apresentados na sede da Senarc com a droga e as armas apreendidas

Alex, considerado o chefe da facção Bonde dos 40 no bairro, e sua mulher, Caroline. Além de um vasto material ilícito, como fragmentos de crack e cocaína; dois revólveres calibre 38; balança de precisão e moedas. Carlos Alessandro, delegado titular da Senarc, frisou que Alex Aguiar era foragido da Justiça por ter contra si três mandados

de prisão preventiva decretados, sendo dois por tráfico e um por latrocínio, roubo que resulta em morte. Ele e o delegado Valdenor Viegas, igualmente desta superintendência, contaram que a prisão dos três foi o resultado de uma semana de monitoramentos a partir de recebimento de denúncias repassadas ao WhatsApp da Senarc (99163-4899).

DADOS PARCIAIS

Carlos Alessandro aproveitou a coletiva para divulgar que, neste ano, de janeiro a ontem, a Senarc já prendeu 262 pessoas e recolheu 46 armas de fogo. E ainda realizou a apreensão de três toneladas de drogas, dos mais variados tipos, o que representa um aumento de 60% com relação ao mesmo período de 2016.

G. Ferreira



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Informe JP</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>04/08/2017</i>	Página <i>03</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Prefeito acionado

O Ministério Público do Maranhão ingressou com uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra Francisco Pereira Tavares (PCdoB), prefeito do município de Santana do Maranhão. O gestor estaria retendo os pagamentos de três servidores municipais legalmente afastados para o exercício de mandatos classistas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <input checked="" type="checkbox"/> 08 / 2017	Página <input checked="" type="checkbox"/> 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Astro sugere pacto pela regulamentação do Uber em reunião com MP e taxistas

O aplicativo, na realidade, é um autêntico pomo da discórdia na capital maranhense.

O presidente da Câmara Municipal de São Luis, Astro de Ogum, recebeu ontem, em seu gabinete, a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, o presidente do Sindicato dos Taxistas, Renato Medeiros e outros profissionais da área, onde iniciaram uma rodada de discussão em torno da regulamentação do aplicativo Uber na cidade, que tem um projeto nesse sentido apresentado na Câmara, de autoria do vereador Paulo Vitor, mas que ainda não entrou em pauta. Paulo Vitor também participou da reunião, defendendo seu ponto de vista.

O aplicativo, na realidade, é um autêntico pomo da discórdia na capital maranhense. É proibido de atuar na cidade, por conta de uma lei municipal aprovada ainda no ano passado, de autoria da ex-vereadora Luciana Mendes. A proibição foi mantida pela Justiça, mas mesmo assim, algo em torno de 1.500 pessoas atuam utilizando a plataforma, provocando uma rota de colisão com os taxistas, que se sentem prejudicados.

Lítia Cavalcanti ressaltou, durante a reunião, ter conhecimento de que muitos ex-presidenciários utilizam o aplicativo e lembrou o episódio envolvendo uma enfermeira da UPA do Parque Vitória, que chamou o serviço do aplicativo e, ao chegar em casa foi assaltada pelo condutor.

O vereador Honorato Fernandes, que esteve presente



Reunião para discutir regulamentação do Uber

no início da conversa, afirmou que “o Uber já é uma realidade nacional e o que se precisa fazer é uma adequação, para regularizar o serviço, de forma que os taxistas não sejam prejudicados”.

Paulo Vitor defende emendas ao projeto de sua autoria, como forma de se apagar esse foco de incêndio. Todos os participantes do encontro foram favoráveis à redução do número de operadores do aplicativo, hoje em torno de 1.500, para

algo em torno de 600.

Ao encerrar a reunião, o vereador Astro de Ogum disse não concordar, de maneira alguma, da forma como o aplicativo está sendo utilizado na cidade.

“Eles não pagam impostos, não respeitam as leis. A Câmara foi correta quando proibiu o serviço na capital e a Justiça agiu com extrema visão, quando manteve a nossa decisão. Defendo um pacto, envolvendo todos nós e a Prefeitura, através da SMTT, para

que haja uma regulamentação que seja benéfica para todos os envolvidos, inclusive o usuário, já que temos conhecimento que os preços que eram praticados no início, não são os mesmos”, afirmou Astro de Ogum.

Ficou acertada outra reunião, em data a ser definida, no sentido de que seja encontrada uma solução para o impasse, através de emendas ao projeto do vereador Paulo Vitor.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 04 / 08 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Durante reunião, Astro de Ogum defende pacto pela regulamentação do Uber na capital

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, Astro de Ogum, recebeu, ontem (3), em seu gabinete, a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, o presidente do Sindicato dos Taxistas, Renato Medeiros, e outros profissionais da área. Na ocasião, discutiram sobre a regulamentação do aplicativo Uber na cidade. Já existe um projeto nesse sentido apresentado na Câmara, do vereador Paulo Vitor, mas ainda não entrou em pauta. O autor do pedido também participou

da reunião. Na reunião, Astro defendeu um "pacto pela regulamentação do uber". Não há consenso sobre o uso do Uber na capital. O aplicativo foi proibido de atuar na cidade, por conta de uma lei municipal aprovada ainda no ano passado, de autoria da ex-vereadora Luciana Mendes. A proibição foi mantida pela Justiça, mas, algumas pessoas utilizam a plataforma, o que provoca colisão com os taxistas, que se sentem prejudicados. O vereador Honorato Fernandes,

que esteve presente no início da conversa, afirmou que "o Uber já é uma realidade nacional e o que se precisa fazer é uma adequação para regularizar o serviço, de forma que os taxistas não sejam prejudicados". Paulo Vitor defende emendas ao projeto de sua autoria, como forma de se apagar esse foco de incêndio. Todos os participantes do encontro foram favoráveis à redução do número de operadores do aplicativo, hoje em torno de 1.500, para algo em torno de 600. Ao encerrar a reunião, Astro de

Ogum foi enfático: "discordo da forma como o aplicativo está sendo utilizado. A Câmara foi correta quando proibiu o serviço na capital e a Justiça agiu com visão ao manter a nossa decisão. Defendo um pacto, envolvendo todos nós e a Prefeitura, por meio da SMTT, para que haja uma regulamentação que seja benéfica para todos os envolvidos, inclusive o usuário, já que temos conhecimento que os preços que eram praticados no início, já não são os mesmos", afirmou Astro de Ogum. Ficou acertada outra reunião, em data a ser definida, com o objetivo de encontrar uma solução para o impasse.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 04/08/2017	Página 03		

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Bernardo ingressou, no último dia 25 de julho, com uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra Francisco Pereira Tavares, prefeito do município de Santana do Maranhão, termo judiciário da comarca. O gestor estaria retendo os pagamentos de três servidores municipais legalmente afastados para o exercício de mandatos classistas. Os servidores Francisco Tavares Pereira, Nájila Monteiro Fernandes Suassuna e Francisco José de Lima Costa se afastaram de suas funções em dezembro de 2016 para ocupar cargos no Sindicato dos Servidores Públicos de Santana do Maranhão. O afastamento foi devidamente assinado pela gestora anterior e as portarias publicadas no Diário Oficial do Município.

O afastamento dos trabalhadores está respaldado pela Lei Municipal nº 162/2007, que garante a liberação de até três servidores para o exercício de mandatos sindicais. Mesmo assim, os dirigentes sindicais não recebem seus vencimentos desde janeiro de 2017.

Desde março, diversas tentativas de resolução do problema foram feitas pelo Ministério Público, inclusive com a realização de uma reunião de conciliação na qual a Prefeitura se comprometeu a dar um posicionamento sobre a questão em até 10 dias, o que não aconteceu. Outras reuniões foram realizadas e ofícios enviados, mas o problema persiste.

“Constata-se que o prefeito de Santana do Maranhão tem, consciente e voluntariamente, retido as remunerações a que fazem jus os servidores públicos municipais afastados formalmente para ocuparem mandato classista no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santana do Maranhão”, observa o promotor de justiça Raphael Bruno Aragão Pereira de Oliveira.